

**Novos/outros corpos, gêneros e
sexualidades: experiências de lésbicas,
gays e transgêneros no currículo escolar**

Denise Silva Braga *

*New / other bodies, genders and sexualities:
experiences of lesbians, gays and transgender
in the school curriculum*

* Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

RESUMO: Colocando em pauta as transformações do conceito de gênero, a noção de performatividade e as suas implicações na desnaturalização dos corpos e dos binarismos que produzem a norma (hetero)sexual, buscou-se problematizar a manutenção da ordem sexual heteronormativa, sobremaneira no espaço-tempo da escola. A contribuição que se espera dar para a continuidade das discussões sobre o tema se refere à desconstrução dos discursos ainda predominantes no espaço-tempo da escola, que enfatizam as concepções naturalizantes de sexo, gênero e sexualidade. Buscou-se acentuar a necessidade de novas abordagens que incluam as sexualidades de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros no espaço de inteligibilidade habitado pela norma heterossexual e apontar indícios de como os discursos predominantes contribuem para a manutenção da heteronormatividade e do heterossexismo.

PALAVRAS-CHAVE: gênero, teoria Queer, performatividade.

ABSTRACT: *Putting on the agenda changes in the gender concept, the notion of performativity and its implications for the denaturalization of bodies and binaries that produce the (hetero) sexual norm I seek analyze the maintenance of order heteronormative sexual, in the time-space of school. The contribution that I hope to give for further discussion of the topic refers to the deconstruction of discourses that still prevalent, greatly in space-time school, which emphasizes the naturalizing conceptions of sex, gender and sexuality. I seek to emphasize the need for new approaches that include LGBT the sexualities in the space inhabited by the intelligibility of the heterosexual norm and demonstrate how dominant discourses contribute to the maintenance of heteronormativity and of heterosexism.*

KEYWORDS: *Queer theory; gender; performativity.*

1. INTRODUÇÃO

“O corpo tem alguém como recheio.”

Arnaldo Antunes

Entre as justificativas mais frequentes para a proliferação e a visibilidade dos discursos sobre a(s) sexualidade(s) na cena contemporânea apontam-se o avanço e a publicização da AIDS nos anos 1980, a erotização dos corpos infantis, o número crescente de gravidez na adolescência e das doenças sexualmente transmissíveis – DST, a desconstrução do modelo familiar tradicional e a visibilidade das relações afetivas e sexuais que transgridem as fronteiras convencionais da (hetero)sexualidade hegemônica. Nesse contexto, as questões que hoje perpassam as discussões, inclusive no cenário educacional, além de lidar com a recorrência dos aspectos atinentes à prevenção e à saúde do corpo biológico, necessitam problematizar as noções essencialistas de sexo e de gênero, bem como os binarismos constituídos por/nessas noções que colocam em evidência as rasuras da abordagem biologizante assumida na/pela educação/orientação sexual.

Buscando ampliar as possibilidades de discussão da(s) sexualidade(s) e assumir efetivamente os seus entrelaçamentos com a cultura, neste trabalho, considera-se importante revisitar o conceito de *gênero*, evidenciar seus limites e possibilidades para a desnaturalização das masculinidades e feminilidades hegemônicas e além disso, considera-se importante explicitar as transformações da categoria *gênero*, a partir da noção de performatividade e de suas apropriações nos recentes estudos sobre a(s) sexualidade(s), sobremaneira na perspectiva da abordagem *queer*.

Trabalhar com a categoria *gênero* implica rever sua gênese no Movimento Feminista, principalmente no final da década de 1960, quando as feministas incorporaram às discussões políticas e sociais as primeiras construções teóricas nas quais seria forjado o conceito de *gênero*. Partindo da denúncia da segregação social e política a que as mulheres estavam submetidas, estudiosas, docentes e pesquisadoras feministas denunciaram em seus trabalhos no campo acadêmico a ausência das mulheres como *sujeitos ativos* da história. Nesse contexto, foram organizados no espaço das universidades (inicialmente norteamericanas) grupos e núcleos de “Estudos da Mulher” que visavam fundamentar as críticas e

construir referenciais para avançar nas análises da hegemonia masculina e da subordinação feminina, além de expandir e legitimar os espaços nos quais se tratavam essas questões.

A discussão acerca do conceito de *gênero* se afirmou como questão fundamental para o Movimento Feminista à medida que problematizava a noção de que as distinções biológicas (ou distinções sexuais orgânicas) serviam para compreender e justificar a desigualdade social entre homens e mulheres. A proposição do conceito de *gênero*, a partir das feministas das décadas de 1960-1970, realçava que o *gênero* não poderia ser restrito a uma ligação linear e direta com o sexo biológico, mas com aquilo que socialmente se construiu e se representou sobre os sexos (SCOTT, 1995) e, nesse sentido, apesar de não negar o aspecto orgânico (sexo biológico), centrava-se em pensar os sujeitos – masculinos e femininos – como produzidos e produtores nos/dos processos históricos. Assim, os gêneros deveriam ser pensados no âmbito das relações sociais não apenas como polos distintos (a mulher em oposição ao homem e vice-versa), mas como sujeitos – homens e mulheres – que, em contextos e grupos diversos (étnicos, de classe, de crença), interagem e constroem suas masculinidades e feminilidades. Contudo, de acordo com Louro (2004),

(...) essas questões talvez só se tenham colocado de forma mais contundente a partir dos questionamentos feitos de dentro do próprio movimento feminista – questionamentos lançados pelas feministas lésbicas que denunciavam o princípio heterossexual implicado, aparentemente, no conceito de *gênero* e que reclamavam que suas experiências e suas histórias também mereciam um protagonismo até então negado (LOURO, 2004, p.58).

A rigidez dos “papéis” de homem e de mulher, ainda presente na sociedade, constituiu e fixou a oposição binária entre o masculino e o feminino. Uma das considerações comumente afastadas por essa forma polarizada de pensar os gêneros são as fragmentações e descontinuidades internas de cada um, ou seja, as diferentes posições dos sujeitos masculinos e femininos em relação ao seu corpo e sexo, bem como suas marcas identitárias como homens e mulheres, forjadas em processos de identificação particulares, contingentes e provisórios. Portanto, desconstruir o *gênero* como totalidade unificada impõe rever os conceitos de masculinidade e de feminilidade – o que inclui repensar a sexualidade concebida como heterossexualidade compulsória, derivada da

combinação binária homem e mulher. A desnaturalização da sexualidade coloca em foco, também, as práticas sociais que produziram a homossexualidade como uma “deformação” que altera a *essência* do humano, promovendo que os sujeitos se identifiquem estética e sexualmente com o “papel” do outro sexo.

As premissas a partir das quais sexo e sexualidade são vistos e falados nas sociedades contemporâneas ainda estão fortemente arraigadas no discurso normalizante segundo o qual há apenas dois sexos (nascer com pênis/nascer com vagina) que se evidenciam em corpos masculinos ou femininos, naturalmente distintos biológica e fisionomicamente e reconhecíveis em modos de ser diversos – mas perfeitamente identificáveis como adequados ao sexo biológico. Esse sistema dicotômico afirmou por muitos anos uma concepção inequívoca de “o que é” e “como” ser homem ou mulher; restringiu os corpos a uma performance estereotipada de masculinidade e de feminilidade; conformou os discursos sobre *gênero* e sexo; e naturalizou a heterossexualidade.

Entretanto, o sistema binário e dicotômico no qual se funda a heterossexualidade encontra fissuras ante as identidades sexuais e de *gênero* que ora se evidenciam e desestabilizam a (hetero)sexualidade normativa. Desse modo, embora os discursos já tenham avançado – principalmente nos meios acadêmicos – ainda é recorrente e visível que determinados “papéis” de homem e de mulher nutrem as expectativas, o imaginário e as representações sociais. Atinente a essa concepção, meninos e meninas são educados para repetir/assumir os “papéis” que lhes cabem na dinâmica social e, desde pequenos, escola e família (e outras instituições de controle²) colaboram entre si para tornar essas crianças os homens ou mulheres que *devem ser*, adquirindo os gostos, as expressões e os comportamentos próprios/apropriados de um ou de outro sexo. Assim como a “correta” construção dos gêneros – tarefa atribuída a si pelos adultos –, a sexualidade da criança constitui também uma preocupação à medida que visa garantir a estabilidade dos “papéis” de homem e de mulher e, conseqüentemente, a heterossexualidade. Ou seja, “(...) a vigilância e a censura da sexualidade orientam-se, fundamentalmente, pelo alcance da ‘normalidade’ (normalidade essa representada pelo par heterossexual, no qual a identidade masculina e a identidade feminina se ajustam às representações hegemônicas de cada *gênero*)” (LOURO, 2001, p.80).

Faz sentido, portanto, que a homossexualidade, tendo sido produzida no excesso da norma heterossexual, figure como um desvio na construção do *gênero* (de modo a ratificar os estereótipos do homem “efeminado” e da mulher “masculinizada”) e que se proclame, com efeito de verdade, a ideia de que a homossexualidade resulta de uma “inversão” do *gênero*. O pressuposto heteronormativo está tão fortemente fixado nas relações sociais que a própria homossexualidade pode ser pensada a partir do par masculino/feminino: uma vez que um dos pares opera de acordo com o *gênero* “inverso”, a norma (macho/fêmea) é mantida – o que se evidencia nas relações *butch* – *femme*/ativo – passivo³ descritas pelo imaginário social.

Estudos como os de Sousa (1984), Louro (1992), Altmann (1998) e Camargo (1999), apontam estratégias de policiamento na construção do *gênero*, realizadas pela/na escola, estas buscam regular e normalizar a sexualidade pela fiscalização dos processos de identificação sexo biológico-gênero; pela fixação dos limites na fabricação do corpo sexuado e pela essencialização das identidades sexuais. Demonstram, ainda, que tais estratégias não têm produzido de modo unânime os efeitos esperados, instaurando a perplexidade entre os educadores pouco aptos a lidar com as questões que extrapolam os limites seguros e estáveis dos ordenamentos (corpo-sexo-gênero-desejo-práticas sexuais) e binarismos existentes (homem/mulher; masculino/feminino; ativo/passivo; heterossexual/homossexual). Segundo Louro (2004), tais estudos sinalizam as discussões no cenário educacional, pois

O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. (...) As certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes. (...) Não há como ignorar as “novas” práticas, os “novos” sujeitos, suas contestações ao estabelecido (LOURO, 2004, p.28-29).

2. RECONFIGURAÇÕES NOS ESTUDOS DE GÊNERO: ABRINDO A CENA PARA A PERFORMATIVIDADE

Judith Butler publicou, no final da década de 1980, “*Gênero em disputa. El feminismo y la subversión de la identidad*”⁴, considerada uma das obras de

referência da Teoria *Queer*. De acordo com a autora, seu interesse com a publicação da obra era apontar e criticar certo posicionamento heterossexual dominante que não teria sido posto em jogo na teoria literária feminista. Dessa forma, o texto de Butler procura abrir o campo para a possibilidade do estudo do gênero, de modo a desestabilizar as práticas e enunciados que operam na deslegitimação das sexualidades e das configurações de gênero subalternizados. Butler (2003) assinala que o gênero não pode ser entendido apenas como algo que se consolida mediante a (hetero)sexualidade normativa, antes como uma produção sustentada pela repetição de práticas que acabam por ser naturalizadas por vários dispositivos, tais como as normas gramaticais, os *habitus* generificados e os binarismos que alimentam a fixação de categorias, a partir da noção de uma *essência* capaz de manter sob o rótulo de “identidade” determinado modo de ser homem ou mulher. O conhecimento naturalizado do gênero funciona, desse modo, como uma circunscrição dos processos de autorreferenciação, implicando a tentativa de reprodução continuada do que está socialmente dado e aceito como norma e privando de legitimidade toda forma de vida que se distancie da instância normativa.

Como saída à experiência restritiva do sexo na sociedade – e às intensas discriminações e cerceamentos políticos de que são alvos os sujeitos que não conseguem/podem inscrever-se na esfera da inteligibilidade social – Butler (2003) enfatiza a necessidade de rompimento com o sistema binário, que torna possível manter a relação mimética entre gênero e sexo, ao afirmar que o primeiro está determinado pelo segundo. Para tanto, a autora instiga a construir outra forma de pensamento na qual o corpo deixe de ser um meio passivo sobre o qual se inscrevem os significados culturais e passe a ser pensado também como uma produção *performativa*. Butler (2003) argumenta que, para operar essa produção performativa, é indispensável que as normas que regulam e materializam o sexo sejam continuamente repetidas, sempre amparadas por/em instituições e sujeitos cuja autoridade é reconhecida como legítima, ainda que invisibilizada nas relações sociais. Trata-se de uma prática discursiva que emprega uma tecnologia que age de modo subliminar, sutil; uma linguagem que, ao se reportar aos corpos e aos sexos, não faz apenas uma constatação ou uma descrição, mas “fabrica” aquilo que nomeia

(LOURO, 2001). Ou seja, ser sexuado é estar submetido a um conjunto de regulações sociais que, concomitantemente, constituem a norma como “(...) uma inteligibilidade e uma coerência entre sexo, gênero, prazeres e desejos e funcionam como princípio hermenêutico de autointerpretação” (VIEIRA, 2006, p.39).

A perspectiva trabalhada por Butler (2003) afirma os atributos de gênero como performativos e não como preexistentes, de modo que, na prática reiterativa, a aproximação ao ideal nunca é completa, pois os corpos não obedecem cegamente às normas reguladoras pelas quais sua materialidade é fabricada. Portanto, exatamente porque se torna necessária a repetição ritualizada do mesmo, é que a lei reguladora pode ser aproveitada numa repetição diferencial na qual os corpos não se conformam integralmente ao modelo ideal e acabam produzindo outras identidades que, embora *pretendam* a mesmidade, não o podem tornar-se, pois nunca a cópia se apresenta exatamente como o original.

Desse modo, na performatividade, o gênero é entendido como uma imitação persistente que passa como real e, no entanto, ocasiona a sua ressignificação e a sua proliferação para além da estrutura binária (homem-mulher/masculino-feminino). Por conseguinte, a repetição das normas da matriz hegemônica de inteligibilidade (o discurso da heteronormatividade⁵) torna-se ela mesma uma repetição subversiva, à medida que a ação reguladora, ao forçar a repetição, produz possibilidades de vida que não apenas ultrapassam os limites como efetivamente expandem as fronteiras do que é culturalmente inteligível. A repetição é, destarte, condição para a desconstrução da norma, uma vez que é nela que se produzem os deslocamentos; as fissuras; as cópias não identificadas, não completas, rasuradas; e os sujeitos outros fabricados na/pela experiência de si. Assim, as mesmas regras que restringem também mobilizam formas alternativas de vida que contestam as classificações, as hierarquias e os códigos existentes – fazendo multiplicar as configurações dos corpos, dos sexos, dos gêneros, das sexualidades.

Mais do que uma decisão da díade produção/reprodução, a repetição performativa

(...) é um processo constrangido e limitado desde seu início, pois o sujeito não decide sobre o sexo que irá ou não assumir; na verdade,

as normas regulatórias de uma sociedade abrem possibilidades que ele assume, apropria e materializa. Ainda que essas normas reiterem sempre, de forma compulsória, a heterossexualidade, paradoxalmente, elas também dão espaço para a produção dos corpos que a elas não se ajustam. Esses serão constituídos como sujeitos “abjetos” – aqueles que escapam da norma. Mas, precisamente por isso, esses sujeitos são socialmente indispensáveis, já que fornecem o limite e a fronteira, isto é, fornecem “o exterior” para os corpos que “materializam a norma”, os corpos que efetivamente “importam” (LOURO, 2001, p.549).

Destarte, ainda que atue como um regime regulador – e exatamente por isso – a heterossexualidade normativa opera na sua própria desnaturalização, pois “(...) embora gênero e subjetivação sejam reiterações da norma sexual, na própria instabilidade da repetição do mesmo é possível vislumbrar a positividade da subjetivação como resistência, singularidade e produção da diferença” (ARÁN; PEIXOTO JÚNIOR, 2007, p.129). A noção de performatividade problematiza as oposições binárias entre sexos e gêneros e as hierarquias provenientes desses binarismos, evidenciando que essa forma de pensamento está fundada na determinação de posições EU/outro, NÓS/eles na qual o outro aparece sempre em desvantagem. A lógica binária, como categoria ordenadora das práticas, dos saberes e das relações dos sujeitos, pressupõe o polo inicial (eu/nós) como normal, natural, compulsório – em oposição ao polo subordinado que aparece como antinatural, inferior, *outro* (FOUCAULT, 1998).

Butler(2003) argumenta que

O que permanece “impensável” e “indizível” nos termos de uma forma cultural existente não é necessariamente o que é excluído da matriz de inteligibilidade presente no interior dessa forma; ao contrário, o marginalizado, e não o excluído, é que é a possibilidade cultural causadora de medo ou, no mínimo, da perda de sanções. Não ter o reconhecimento social como heterossexual efetivo é perder uma identidade social possível em troca de uma que é radicalmente menos sancionada. O “impensável” está assim plenamente dentro da cultura, mas é plenamente excluído da cultura *dominante* (BUTLER, 2003, pp.116-117, grifo da autora).

E é nessa relação ambivalente entre o “impensável” e o “indizível” que

reside o potencial de subversão subjacente à repetição da norma. Diferentemente do que se tem pensado (devido ao estruturalismo que ainda existe), a subversão não é uma força evidente de oposição à norma que se situa fora dela. Pois, não se trata de uma luta declarada e transparente, mas de uma operação ambivalente que age no interior da própria norma, produzindo deslocamentos e colocando em questão a própria originalidade e completude da norma a ser repetida. A exclusão subjacente a esse processo não é, portanto, produzida fora da norma, antes produzida e mantida dentro dela: a criação do “anormal” é, ao mesmo tempo, efeito da repetição da norma e condição do seu funcionamento. É em relação ao “anormal” que faz sentido pretender instaurar, ratificar, validar a norma. Afinal, para o funcionamento da lógica binária é primordial que exista a oposição sobre a qual o poder possa ser exercido, visto que a legitimação e a ação da autoridade “(...) requer a produção de diferenciações, individuações, efeitos de identidade através das quais as práticas discriminatórias podem mapear populações sujeitas (...)” (BHABHA, 2007, p.161).

No entanto, tem-se reconhecido que a norma se faz, se repete e se desvia em si mesma. Sendo assim, resta ainda alguma tentativa de controle sobre os efeitos dessa desregulação do corpo? Como são vistos os corpos cuja referência sexo-gênero se volatizou? O que fazer com corpos, sexos e gêneros que não podem sequer ser nomeados nos padrões disponíveis? Se o poder age a partir das hierarquizações provenientes de classificações originadas nas nomeações e nos binarismos, como operar sobre corpos que não podem ser lidos, nomeados, classificados? Não sendo ditos, como afirmar que esses *outros corpos* existem?

3. ESTRANHANDO OS CORPOS DÓCEIS: POR QUE INDAGAR OS DISCURSOS SOBRE O SEXO NUMA PERSPECTIVA QUEER?

Semanticamente o termo *queer* se refere a um qualificativo estigmatizante, geralmente empregado para designar aquilo que é estranho, inferior, desajustado. Nos meios sociais se tornou um termo depreciativo com o qual passaram a ser denominados os homossexuais nas sociedades norteamericanas. O vocábulo *queer*

Poderia ser traduzido como esquisito, estranho, excêntrico,

anormal, como também por uma série de xingamentos dirigidos àqueles e àquelas que transgridem convenções de sexualidade e de gênero – expressões da linguagem comum que, conotando desonra, degeneração, pecado, perversão, delimitam o lugar social estigmatizado da homossexualidade e, por extensão, de tudo que venha representar alguma forma de desvio e ameaça à ordem social estabelecida.[...] Desse modo, *queer* pode também designar alguém ou algo desestabilizador, num sentido amplo (MISKOLCI; SIMÕES, 2007, p. 9).

O *queer* procura trabalhar com todas as possibilidades de vida e, principalmente, evidenciar que

(...) pessoas que vivem em paradoxos identitários estão sujeitas ao não-reconhecimento por manterem uma relação crítica com as normas e, portanto, serem consideradas menos humanas do que as “ajustadas”, as “normais”. Os sujeitos *queer*, entretanto, são constituídos por normas e, por mais que “queiram” viver de maneira crítica e transformadora, são ameaçados por essas mesmas normas a serem invisibilizados e desfeitos como se não fossem parte do que se considera humano (PINO, 2007, p.165, grifos da autora).

É nesse contexto que se encontram os “corpos estranhos” dos homossexuais, travestis, transexuais, intersexuais, *drag queens*, hermafroditas: corpos que extrapolam os limites convencionais, escapam à inteligibilidade, vivem dentro dos discursos como figuras não questionadas, indistintas, como se não tivessem conteúdo ou não fossem reais, mas que, ainda assim, produzem outras estéticas, outros prazeres, outras formas de ser – ou de não ser – homens e/ou mulheres. Seguindo Preciado (2003, p.14), entende-se que, fora dos limites da heteronormatividade, sujeitos experimentam um “(...) processo de ‘desterritorialização’ do corpo [que] supõe uma resistência aos processos de chegar a ser ‘normal’” e convertem as representações negativas e as tecnologias médicas de amoldamento dos corpos às estéticas socialmente desejáveis na produção de corpos cada vez mais desviantes, mais imprecisos, mais inclassificáveis, mais exóticos. São sujeitos que optam pelo uso radical dos recursos políticos da produção performativa das identidades desviadas (PRECIADO, 2011) e mobilizam suas posições de *sujeitos abjetos* para produzir pertencimentos fronteiriços, dissidentes.

É nessa perspectiva que se percebe, neste trabalho, a instituição de uma “política *queer*” – cujas reivindicações são o rompimento com a exclusividade heteronormativa, criando condições para a emergência dos corpos “anormais” – como corpos que importam, que têm valor; a subversão das formas de subjetivação sexopolíticas; a possibilidade da reapropriação das tecnologias de produção dos corpos; e a recriação dos discursos que se destinam a “educar” sexualmente os sujeitos pela imposição da norma heterossexual.

Indagar os discursos sobre o sexo na perspectiva *queer* significa espreitar não se há *uma* verdade a ser dita, antes *quais* verdades são ditas e, principalmente, como foram construídas como a verdade. Nesse sentido, um estudo *queer* é uma tentativa de questionar e descontinuar os efeitos naturalizantes das identidades fixadas do sujeito e dos discursos que partem dessas fixações para descrever, analisar e classificar os sujeitos e as suas experiências. O que se busca é ampliar os espaços nos quais os sujeitos possam ter reconhecidos os seus corpos, suas sexualidades, seus estilos de vida; inclusive aqueles sujeitos cujas classificações não conseguem alcançar, como por exemplo, os transexuais, os intersexuais e os *drag queens* – alvos privilegiados (porém, não exclusivos) dos estudos *queer*. Em última instância, os estudos *queer* privilegiam os sujeitos cuja própria humanidade apenas é reconhecida quando a condição humana não se encontra fechada em categorias previamente descritas e nomeadas (BUTLER, 2006).

Uma *forma de pensar queer* desestabiliza a própria Teoria à medida que não pretende tecer verdades sobre os sujeitos e práticas que nomeia. Nesse sentido, o *queer* é muito mais uma interpelação da teoria que um corpus teórico – tantas vezes passível de reificação. O pressuposto da indagação *queer* nos estudos sobre as sexualidades é clarificar o esgotamento e a inoperância dos binarismos homem-mulher/ heterossexual-homossexual para a discussão da sexualidade nas organizações sociais contemporâneas:

Dessa forma, os estudos *queer* se diferenciariam dos estudos de gênero, vistos como indelevelmente marcados pelo pressuposto heterossexista da continuidade entre sexo, gênero, desejo e práticas, tanto quanto dos estudos gays e lésbicos, comprometidos com o foco nas minorias sexuais e nos interesses políticos a elas associados (MISKOLCI; SIMÕES, 2007, p.10-11).

As indagações aqui presentes visam, destarte, evidenciar que as sexualidades devem ser debatidas num contexto mais amplo no qual a pauta não se restrinja à superação de diferenças sexuais entre heterossexuais e homossexuais, com vistas a uma política de tolerância, mas que dê conta de colocar em pauta os sentidos da diferença e do próprio conhecimento. É preciso reafirmar que as sexualidades, até mesmo as mais normativas (e as formas como se expressam os desejos, os corpos, as práticas sexuais), são uma construção social e histórica que marca os processos históricos nos quais se constituem e são tão relevantes na organização da vida social quanto qualquer outro aspecto (relações de raça e etnicidade, conhecimento, extrato social). Assim, a abordagem *queer* mostra-se especialmente produtiva à medida que extrapola o campo delimitado da sexualidade, evidencia e trata das suas interações com as questões mais abrangentes do conhecimento e da política. Com isso, defende-se, neste trabalho, que é tanto indispensável quanto urgente trazer essas questões para o currículo escolar, indagando-o na perspectiva *queer*, tendo em vista que os discursos e as demandas sociais emergentes afirmam que a escola deve se abrir para o trato da/com a diferença. E, nesse sentido,

Uma pedagogia e um currículo *queer* estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Ao colocarem em discussão as formas como o “outro” é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. (...) Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, das negociações e dos conflitos constitutivos das posições que os sujeitos ocupam (LOURO, 2004, p.48-49).

Considera-se, neste trabalho, que, a partir das contribuições da Teoria *queer* e da sua disposição antinormalizadora no enfrentamento dos discursos hegemônicos, é possível identificar e problematizar repercussões e marcas dos discursos escolares na produção de corpos, gêneros e sexualidades de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros – LGBT. Abrir a cena incorporando ao espaço público, sobremaneira ao espaço-tempo da ação pedagógica da escola, as questões ainda entendidas como demandas de uma minoria, privatizadas ou silenciadas, pode descortinar as formas como a(s) sexualidade(s) têm se tornado conteúdo escolar e colocar em pauta os

possíveis efeitos das práticas escolares na constituição das sexualidades LGBT, a partir das narrativas dos sujeitos que se identificam como homossexuais, bissexuais e transgêneros. A visibilidade desses novos/outros sujeitos e seus modos de vida nos cenários comuns, inclusive nos currículos escolares, torna-se profícua às investidas na desconstrução dos discursos ainda predominantes nos meios sociais que enfatizam as concepções naturalizantes de sexo, gênero e sexualidade.

Nesse sentido, há a necessidade de novas abordagens que incluam as sexualidades LGBT no espaço de inteligibilidade habitado pelos sujeitos que se vinculam à norma heterossexual e, com o apoio teórico da perspectiva *queer*, reafirma-se, nesta pesquisa, que os discursos predominantes têm referendado a manutenção da heteronormatividade e do heterossexismo. A tarefa que se impõe à abordagem *queer* e às práticas educacionais no trabalho com as sexualidades, principalmente as não-normativas, é pensar formas de combate aos sexismos, confrontar as normas de gênero e, ao mesmo tempo, lidar com a necessidade do reconhecimento social de sujeitos cujos discursos não conseguem traduzir, conferir materialidade, decodificar, porque os seus referentes não estão ainda construídos na linguagem.

Concordando com Butler (2006), defende-se, neste trabalho, que os objetivos dos movimentos, dos estudos e do trabalho pedagógico com gênero e sexualidade devem ser desnaturalizar as classificações homem-mulher/masculinidade-feminilidade e suas determinações sobre os corpos (que acabam por determinar, em última instância, o que é ser *humano*) e indagar sob quais formas têm sido nomeados e descritos os sujeitos LGBT, tornando as suas vidas impossíveis ou sem importância. Embora o que se tenha no horizonte das teorizações sobre gênero e sexualidade seja uma política da diferença, os binarismos que sustentam os discursos usuais demonstram que prevalece o *status* diferenciado na forma como as sexualidades são representadas nos currículos escolares, mantendo as homossexualidades, bissexualidades e transexualidades em categorias marginais, reiterando as discriminações negativas e desalojando-as das posições de legitimidade. Afirma-se, portanto, a urgência de repensar as práticas escolares sob novas perspectivas, visando desconstruir concepções naturalizadas, incorporar a diferença como valor em torno da vivência da(s) sexualidade(s) e avançar das políticas de tolerância para uma política da diferença na qual a concepção do que é ser humano esteja sempre em aberto.

NOTAS

1. Pensa-se que o termo explicita a ideia de que há certo repertório de condutas, comportamentos, modos de vida próprios e exclusivos para homens e para mulheres que devem ser aprendidos e desempenhados nas relações sociais.
2. Instituições sociais como a escola e a família operam para assegurar a incorporação da disciplina (entendida como uma forma de exercício do poder cujo objetivo é a normalização dos corpos), viabilizando ações de controle sobre os indivíduos, mesmo que estes não estejam confinados a um espaço circunscrito e sob a vigilância de uma autoridade específica, investida do poder de determinar e punir procedimentos. As instituições de controle social instauram uma lógica de confinamento que translada o dentro e o fora do espaço institucionalizado garantindo a conservação e o funcionamento das instituições e das relações de poder que ali são engendradas. Nesse sentido, as instituições, ou as relações institucionalizadas, não estão restritas aos espaços físicos delimitados, mas operam com total fluidez, possibilitando o governo das ações em todas as esferas sociais, como se articuladas por fios invisíveis que não apartam os indivíduos em espaços particulares, mas os levam a agir, a partir de regras incorporadas, que se explicam por si como causa e efeito das relações de poder que as instituições organizam e fazem funcionar. Ver mais em Foucault (1997; 2003).
3. São recorrentes nos discursos que circulam informalmente nos meios sociais a estereotipagem das relações afetivas de gays e lésbicas constituindo, a partir de uma ótica heteronormativa, relações baseadas na conjugalidade masculino/feminino como padrão estético e na subordinação do feminino.
4. Utilizou-se, no entanto, a tradução em português deste livro, publicado no Brasil, em 2003, sob o título: “Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade”.
5. Entende-se, como Pino (2007), a heterossexualidade como relacionamento sexual entre pessoas de sexo oposto e a heteronormatividade como o enquadramento das relações – até mesmo as homossexuais – a partir do modelo do casal heterossexual. Nesse sentido, não apenas se reproduzem as relações homem/mulher, masculino/feminino, mas também as relações de subalternização provenientes das hierarquias de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMANN, H. **Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v.9, n.2, p.576-585, ago./dez. 2001.
- ÁRAN, M.; PEIXOTO JÚNIOR, C. A. **Subversões do Desejo**: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. Cadernos Pagu. Campinas/Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, v.28, p.129-148, jan./jun. 2007.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana L.L. Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BUTLER, J. **Cuerpos que importan**. Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2006.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, A. M. F. **Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal**. São Paulo: Moderna, 1999. (Educação em Pauta: temas transversais).

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 26. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 13. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 12. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LOURO, G. L. **Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero**. Teoria e Educação, Porto Alegre, n.6, p.53-67, 1992.

MISKOLCI, R.; SIMÕES, J. **Pânicos Morais e Controle Social: reflexões sobre o casamento gay**. Cadernos Pagu. Campinas/Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, v.28, p.101-128, jan./jun. 2007.

PINO, N. P. **A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos**. Cadernos Pagu. Campinas/Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, v.28, p.149-174, jan./jun. 2007.

PRECIADO, B. **Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”**. Estudos Feministas. Florianópolis, v.19, n.1, p.11-20, jan./abr. 2011.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SOUSA, E. S. **Meninos, à marcha! Meninas, à sombra!** A história da educação física em Belo Horizonte (1897-1994). 1994. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

VIEIRA, L. L. F. A pulsão como princípio da diferença. In: **VIII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental**. Anais... v.2, 2006, São Paulo, p.35-45.